

DESONERAÇÃO APROVADA

Câmara dá aval a projeto que prorroga até 2027 medida para 17 setores que mais empregam

VICTORIA ABEL
victoria.abel@globo.com.br
REDAÇÃO

A Câmara dos Deputados aprovou ontem o projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia até 2027. A proposta foi aprovada com 430 votos a favor e 17 contrários. O texto votado veio do Senado e teve alterações. Agora, o projeto retorna para análise final dos senadores.

Deputados incluíram no texto a redução da contribuição previdenciária aos mais de 5.500 municípios no país, com alíquotas de 8% a 18%.

A desoneração da folha de pagamento permite que os setores que mais empregam paguem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários. Entre eles: têxtil, calçados, construção civil, call center, comunicação, empresas de construção civil, fabricação de veículos, tecnologia e transportes.

POTENCIAL DE CRIAR VAGAS

Segundo dados do Ministério do Trabalho, a desoneração melhorou o cenário de empregabilidade no país. Entre 2018 e 2022, o número de postos formais gerados nos setores beneficiados pela medida aumentou 15,5%. Já nos segmentos sem desoneração, a alta foi de apenas 6,8%. Sem a desoneração, as empresas teriam deixado de gerar, juntas, até 1,6 milhão de empregos com carteira assinada.

—O objetivo, mais uma vez, desse projeto, que é muito importante para o país, é a manutenção do emprego. É manter a desoneração da folha pelos próximos anos, não só para os trabalhadores dos setores, mas para toda a sociedade. Se não avançarmos neste tema, se não garantirmos a prorrogação, o impacto não será só no desemprego, mas também no aumento do transporte, de produtos, serviços, e um impacto de forma



Próximo passo. Projeto da desoneração foi aprovado na Câmara e vai voltar ao Senado. Deputados incluíram benefício aos mais de 5.500 municípios no país

geral — defendeu a relatora da proposta no Senado, Any Ortiz (Cidadania-RS).

A relatora afirmou também que a desoneração tem potencial de gerar 1,6 milhão de postos de trabalho. A deputada conta com a colaboração do Senado para que a aprovação final seja rápida e o texto siga o quanto antes para a sanção.

—Conversei com o senador Efraim Filho (União-PB) sobre (o retorno do projeto). Acreditamos que o Senado tenha um ambiente favorável. É importantíssimo que os setores tenham previsibilidade — afirmou Any.

A desoneração dos 17 setores foi defendida pela advogada tributarista Iasmin Gonçalves:

—Entendo que o projeto da desoneração da folha é muito relevante para o setor produtivo, tendo em vista



“O objetivo, mais uma vez, desse projeto, que é muito importante para o país, é a manutenção do emprego. É manter a desoneração da folha pelos próximos anos, não só para os trabalhadores dos setores, mas para toda a sociedade.”

Any Ortiz (Cidadania-RS),
relatora do projeto na Câmara

que o Brasil possui um sistema tributário muito complexo, o qual resulta em cerca de 75% de arrecadação do PIB. Entendo que é uma medida necessária para contribuir com o aumento da eco-

nomia, com a competitividade nacional e internacional — ressaltou.

A presidente da Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática (Feninfra), Vivien Mello Suruagy, disse que a prorrogação de desoneração será importante para que as empresas possam manter investimentos, no momento em que o país precisa acelerar a transição para a tecnologia do 5G.

—São 17 setores estratégicos, com geração de vagas comprovada. Dará mais previsibilidade para investimentos e geração de empregos nos próximos anos, em momento de instalação e conectividade do 5G. Os senadores também estão preocupados, acreditamos em votação rápida no Senado — afirmou.

A Câmara modificou dois trechos da proposta que veio do Senado.

CRITÉRIO DE PIB PER CAPITA

Em um deles, a alíquota para transportes rodoviários coletivos ficou fixada em 1% da receita bruta. Antes esse valor era de 2%. A mudança incomodou o líder do governo, José Guimarães (PT-CE), que disse que essa redução não havia sido combinada.

—Eu costumo prezar pelos acordos que fazemos para votar as matérias. Causou espécie, porque não tínhamos combinado, que haja uma mudança do ponto de vista da alíquota para o setor de transporte, a redução de 2% para 1%. Nós não tínhamos combinado isso — disse Guimarães.

Em outro ponto, foi modificado o critério para seleção de municípios que terão redução de alíquota previ-

denciária. No texto do Senado, a diminuição de 20% para 8% ocorreria para municípios com menos de 142 mil habitantes.

Os deputados resolveram incluir todos os municípios neste desconto, uma proposta do líder do União Brasil, Elmar Nascimento (BA). Mas a redução vai ocorrer de forma escalonada, com cinco categorias de alíquotas que vão de 8% a 18%, conforme o PIB per capita de cada cidade.

Municípios que estão entre os 20% com menor PIB per capita pagarão 8% de contribuição. As outras categorias preveem alíquota de 10,5%, 13%, 15,5% e 18%, em uma escala que leva em conta o PIB per capita de cada cidade.

HADDAD CRITICA ALTERAÇÃO

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que existe um parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) que alerta para a inconstitucionalidade da medida, com base na Reforma da Previdência, que veda a criação de despesas permanentes ou benefícios sem a fonte de receita.

—Tem um parecer da PCFN que é vinculante e tem a ver com a Reforma da Previdência — afirmou.

O advogado tributarista Renan Souza, do escritório Barbosa Müssnich e Aragão Advogados, lembra que o ideal seria a proposta apresentar outras fontes de arrecadação com os municípios, o que não foi feito.

—A preocupação reside na determinação contida no artigo 201 da Constituição, de preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Geral de Previdência Social, sendo necessário demonstrar que a redução na arrecadação será compensada com outras fontes de receita.

De acordo com a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), o impacto da redução na alíquota previdenciária pode chegar a R\$ 7,2 bilhões.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia Pagina: 15